



## **Avaliação Sistêmica: um caminho para a qualidade na educação?**

Alessandro Messias Moreira<sup>1</sup>

Maria Angela Boccara de Paula<sup>2</sup>

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon<sup>3</sup>

### **Resumo**

Reconhecendo a importância das avaliações sistêmicas como oportunidade de rever caminhos para a oferta de uma educação de qualidade que atenda as peculiaridades dos educandos, o presente trabalho tem o objetivo de analisar e discutir os resultados obtidos pelos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental (EF), da rede pública de ensino de 28 municípios jurisdicionados a Superintendência Regional de Ensino de Varginha, através de dois instrumentos, os resultados do IDEB, nos anos de 2007 e 2009 e do PROEB – anos de 2009 e 2010, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Foi evidenciado avanço nos resultados e um crescimento positivo nesses municípios.

---

<sup>1</sup> Graduação em Psicologia, Especialização em Adolescência e Relações de Gênero. Professor do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG. Mestrando em Desenvolvimento Humano: Formação Políticas,as e Práticas Sociais pela Universidade de Taubaté.

<sup>2</sup> Professor Assistente Doutor do Departamento de Enfermagem da Universidade de Taubaté. Coordenador do Curso de Especialização (Latu-Senso) de Enfermagem em Estomaterapia da Universidade de Taubaté. Docente do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

<sup>3</sup> Professor Assistente Doutora da Universidade de Taubaté. Graduação em Pedagogia pela Faculdade Nogueira da Gama e em Sciences de L'Education - Université de Toulouse II (Le Mirail) , Mestrado em Sciences de L'Education - Université de Toulouse II (Le Mirail) Doutorado em Psicologia - Université de Toulouse II (Le Mirail) e pós-doutorado em Educação na UNICAMP. Coordenadora do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

*Recebimento: 15/05/2011 • Aceite: 23/08/2011*

**Palavras-chave:** IDEB, PROEB, Avaliação Sistemática, Qualidade na Educação.

### **Evaluation System: a way to quality in education?**

#### **Abstract**

Recognizing the importance of systemic evaluations as an opportunity to review ways to offer a quality education that meets the peculiarities of the students, this study aims to analyze and discuss the results obtained by students in the 5th year of elementary school (EF) from public schools in 28 municipalities under jurisdiction of the Regional Superintendent of Education Varginha, using two instruments: the results of IDEB in the years 2007 and 2009 and PROEB - years 2009 and 2010 in the disciplines of English and Math. Progress was evidenced in the results and positive growth in these counties.

Keywords: IDEB, PROEB, Systemic Evaluation, Quality of Education.

#### **Introdução**

O sistema educacional brasileiro tem criado, ao longo dos últimos anos, programas avaliativos com a finalidade de conhecer os índices de qualidade da escola pública. Esses programas, conhecidos como avaliação sistêmica, possuem a missão de levantar informações a respeito dos sistemas de ensino para servir de subsídios para a implantação e implementação de políticas públicas para a área educacional (DALBEN, S/D). No Brasil, conforme prerrogativas legais garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, é possível a criação de avaliações sistêmicas em âmbito federal, estadual ou municipal.

Ao pontuar sobre a importância das avaliações sistêmicas para fomentar a qualidade na educação pública, Dalben afirma que “a visibilidade e a responsabilidade social são os princípios que justificam,

fundamentalmente, os investimentos em programas de avaliação sistêmica” (DALBEN, S/D, p. 1), uma vez que os avanços na educação se refletem na sociedade e podem proporcionar o acesso das pessoas a melhor condição de sobrevivência em suas comunidades.

O Brasil possui uma história recente nas avaliações sistêmicas, com as primeiras ações centralizadas na década de 80 (DALBEN, S/D). De lá para cá dezenas de ações foram surgindo a fim de poder, a partir de dados confiáveis, rever os procedimentos e os recursos aplicados na educação, seja ela a nível federal, estadual ou municipal.

Em nível federal destaca-se o “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB”, o “Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM” e o “Exame Nacional de Cursos – ENC”.

O Estado de Minas Gerais, ciente da importância dessas avaliações para diagnosticar e rever caminhos para a prática em sala de aula, criou primeiramente o “Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais” que posteriormente deu lugar ao “Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE” (DALBEN, s/d, p.3).

Nas ações avaliativas do SIMAVE, pode-se encontrar o Programa de Avaliação da Alfabetização – **PROALFA**, no qual as avaliações são aplicadas nos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo: avaliação amostral aplicada nos alunos do 2º e 4º anos e avaliação censitária aplicada nos alunos do 3º ano de escolarização; o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – **PROEB**, aplicado de forma censitária nos alunos matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio nas escolas públicas do Estado; o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – **PAAE**, aplicado como perfil de entrada dos alunos do 1º ano do Ensino Médio e posteriormente como perfil de saída dos mesmos alunos das Escolas Estaduais, verificando assim o processo de crescimento e a consequente

qualidade da educação nessas escolas, por disciplina e por turma (MINAS GERAIS, SIMAVE).

Em 2007, o governo federal, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal ligada ao Ministério da Educação (MEC), criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com a intenção de reunir dados que pudessem somar informações de dois instrumentos para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Através do cruzamento dessas informações foi proposto um índice individual para estados, municípios ou escolas, o que favorece o estabelecimento de metas e a busca pela superação das dificuldades que emperram o processo educacional e contribuem para o baixo nível na qualidade da educação nacional.

### **Objetivos**

Analisar e discutir os resultados obtidos pelos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental (EF), da rede pública de ensino, da jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Varginha (SRE de Varginha) através de dois instrumentos, os resultados do IDEB, nos anos de 2007 e 2009 e no PROEB – anos de 2009 e 2010, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática

### **Metodologia**

Para análise e levantamento de dados do IDEB, foi realizado a coleta de dados em documentos públicos disponíveis nos sites da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e do IDEB<sup>ii</sup>, no período de 20 a 24 de agosto de 2010, por rede de ensino – Estadual e Municipal – dos anos iniciais e 5º ano do ensino fundamental, dos 28 municípios da regional de ensino de Varginha.

Considerando que não existiam, no IDEB, nos sites citados, metas estabelecidas para a regional de ensino, utilizou-se os resultados atuais e

os projetados até 2011, para se obter a média, a fim de ser comparada com as divulgadas para os estados e país. Uma vez transcritos os resultados individuais dos 28 municípios, utilizou-se de média aritmética para se chegar a média de pontuação da regional descrita no Quadro 1.

	IDEB OBSERVADO				METAS PROJETADAS								% CRESC 2007/2009	
	2007		2009		2007		2009		2011		EST.	MUN.		
	EST.	MUN.	EST.	MUN.	EST.	MUN.	EST.	MUN.	EST.	MUN.				
Média da Regional	5,2	4,4	5,9	5,5	4,9	4,3	5,2	4,6	5,6	5,0	12,4	24,4		

Quadro 1- Resultados da média da Regional

Para análise e levantamento de informações referentes ao PROEB, foram coletados dados nos documentos do encontro gerencial da Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais (SEE/MG), realizado na segunda quinzena de março de 2011, nos quais encontravam-se os resultados emitidos pela SEE/MG e pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Com base nos resultados desse encontro foi feito levantamento a fim de apurar o crescimento da proficiência por rede de ensino para o 5º ano de escolarização nos anos de 2009 e 2010, nas disciplinas avaliadas – língua portuguesa e matemática, conforme o Quadro 2:

ANO	RESULTADOS REGIONAL DE ENSINO				RESULTADOS DO ESTADO			
	L. PORTUGUESA		MATEMÁTICA		L. PORTUGUESA		MATEMÁTICA	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
2009	218,3	208,6	235,1	222,6	213,8	204,1	226,2	215,4
2010	222,3	211,4	244,4	231	217,1	206,5	235,1	223,8

Quadro 2- Resultados da Regional e do Estado

### Resultados

Evidenciou-se que em 2009 a rede estadual de ensino da regional de Varginha obteve o IDEB maior que as médias estadual e nacional, obtendo 5.9 pontos contra 5.8 do estado de Minas Gerais e 4.6 do Brasil, fato também ocorrido em 2007, quando foram obtidos os

seguintes resultados 5.2, 4.9 e 4.2 respectivamente (MINAS GERAIS, 2010). Os dados mencionados podem ser confirmados na Figura 1:

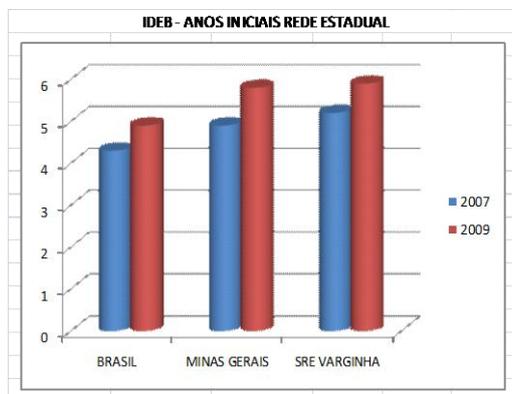


Figura 1- Realidade Nacional, Estadual e Regional (IDEB, anos de 2007 e 2009)

Outra análise realizada considerou o índice de crescimento do IDEB, de 2007 em relação a 2009 por rede de ensino – estadual e municipal, e registrou-se como destaque o percentual de 24,4% de crescimento para a rede municipal, o que, com certeza garantiu a permanência da regional de ensino de Varginha acima dos resultados alcançados no estado de Minas Gerais. Tais dados podem ser observados na Figura 2.



Figura 2- Crescimento Regional 2007/009

Embora o resultado das redes municipais tenham sido destaque no ano de 2009, ao se analisar a média de pontos no IDEB por rede de ensino

percebeu-se que as escolas da rede estadual apresentavam, ainda, resultados acima dos obtidos pelas escolas das redes municipais, dados que podem ser verificados na Figura 3.



Figura 3- Média por rede estadual e municipal (2009)

Destaca-se que dos 28 municípios, 13 já alcançaram no mínimo a meta estabelecida para o município no ano de 2013, dado este extremamente importante, pois reflete o envolvimento das escolas e a busca constante pela qualidade na educação.

Evidenciou-se também que, no que tange aos resultados do **PROEB**, nos anos de 2009 e 2010, as redes de ensino estadual e municipal da Regional de Varginha mantiveram resultados com média de proficiência superior às obtidas no Estado de Minas Gerais.

Houve crescimento em língua portuguesa e matemática, nas escolas estaduais e municipais, tanto nos anos de 2009, quanto em 2010, demonstrando tendência de resultados positivos e da obtenção de proficiências superiores a cada ano em que a avaliação sistêmica vem sendo aplicada.

Na Figura 4 é possível perceber essa tendência de crescimento. Em 2009, em língua portuguesa, as escolas da rede estadual apresentavam média de proficiência de 218,3, subindo para 222,3 em 2010. Fato semelhante aconteceu com a disciplina de matemática que subiu de 235,1 em 2009,

para 244,4 em 2010. Destaca-se um resultado pouco superior para as escolas da rede estadual se comparada com a média obtida pelas escolas da rede municipal de ensino, tanto a nível regional, quanto a nível estadual.

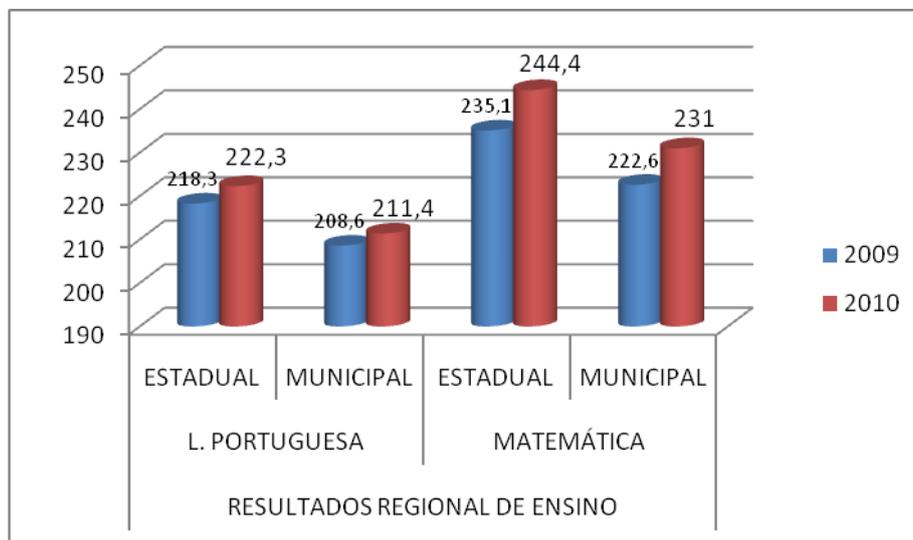
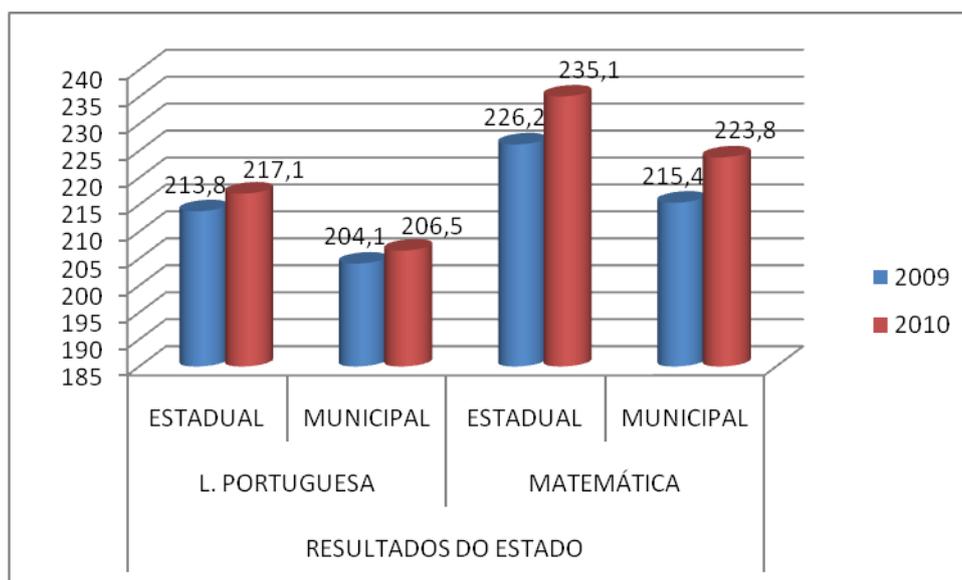


Figura 4- Resultados da SRE de Varginha

Na Figura 5 percebeu-se, em nível estadual, a mesma tendência que ocorreu em nível regional.



### Figura 5- Resultados da SRE de Varginha

Vale destacar que os resultados obtidos pelos alunos em matemática superam a média de proficiência de língua portuguesa, merecendo um estudo mais aprofundado. Entende-se que para resolver os problemas matemáticos faz-se necessário requisitos básicos de leitura e interpretação, e assim, em ambos os casos, o conhecimento da língua portuguesa se faz presente e essencial.

Destaca-se ainda que as escolas públicas da Regional cumpriram suas metas, alcançado e ultrapassando os índices estipulados no **IDEB** e mantendo o percentual de crescimento no **PROEB**. Contudo ressalta-se que muito ainda precisa ser feito para se atingir os padrões internacionais de excelência educacional, sendo um longo caminho a ser percorrido para que as escolas públicas da regional, de Minas Gerais e, sobretudo do país, ofereçam educação de qualidade que contemple e atenda a diversidade humana presente nas mesmas.

É fundamental lembrar que a Carta Magna do país, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, garantem em suas redações a oferta de educação de qualidade que contemple toda a diversidade do povo brasileiro. O alcance de objetivo tão amplo é um desafio e se faz necessário uma série de recursos, investimentos e empenho das autoridades para o estímulo a participação efetiva de professores, alunos e comunidades.

A qualidade da educação nacional e a garantia da aprendizagem é missão complexa e árdua passando pela gestão do sistema educacional no país, estados, municípios e de cada unidade escolar, pela vivência e solidificação da democracia nas escolas, permitindo voz e vez aos alunos, professores e comunidade; pela ressignificação dos espaços e tempos escolares, implantação de currículos flexíveis e abertos às necessidades

locais e, sobretudo, pela implementação de avaliação formativa e contínua, capaz de identificar possíveis falhas do processo educacional e com isto estabelecer novos caminhos e possibilidades para os sujeitos (RICCI, S/D; LUCKESI, 2011; MINAS GERAIS, 2010; MURTA, 2010).

Dentro desse contexto, o Estado de Minas Gerais, no ano de 2007, lançou orientações para que as Escolas de sua rede, através de um diagnóstico local, pudessem estabelecer um Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional – PDPI. A partir de reflexão e debates, cada unidade escolar poderia elaborar um plano de ação que contemplasse as questões de cada escola, dando condições para que pais, professores e alunos conhecessem os problemas dessa escola e conseqüentemente participassem de “projetos educacionais”, tendo clareza e objetividade em ações prioritárias de superação das dificuldades (MINAS GERAIS, 2007, p. 59).

Dentre os itens que podem colaborar para a transformação das escolas, a avaliação merece destaque especial pois tem caráter formativo e contribui como importante subsídio para o processo didático de ensino/aprendizagem (MINAS GERAIS, 2010).

#### **Avaliação: caminho para o sucesso**

Exige-se cada vez mais das escolas a elaboração de projetos educativos que conduzam os alunos para a vivência da democracia, para o pleno exercício de direitos e deveres, sendo o cidadão capaz de exercer uma participação política, livre e consciente. Sendo assim, se “exigirá do conjunto de educadores da escola uma atuação coerente e direcionada para essa finalidade, respaldada pela reflexão permanente” (MURTA, 2010, p. 1).

Na Figura 6, a autora aponta algumas questões que podem auxiliar na reflexão e posicionamento do professor frente essas atuações:

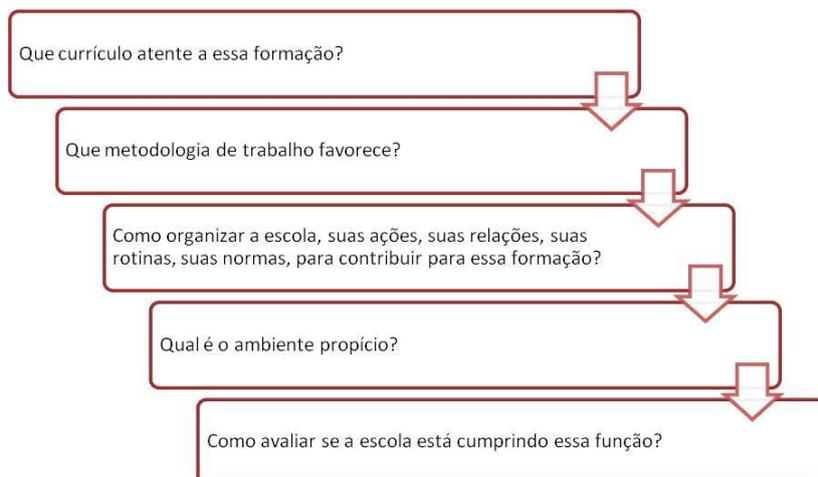


Figura 6- Questões para posicionamento coletivo

Fonte: MURTA, 2010. Adaptado pelo autor.

O processo avaliativo é importante para os redirecionamentos das práticas dentro dos contextos educacionais. No que tange a avaliação sistêmica Dalben (s/d) afirma que:

É uma modalidade de avaliação, em larga escala, desenvolvida no âmbito de sistemas de ensino visando, especialmente, a subsidiar políticas públicas na área educacional. Constitui-se em um mecanismo privilegiado capaz de fornecer informações, sobre processos e resultados dos sistemas de ensino, às instâncias encarregadas de formular e tornar decisões políticas na área da educação. É uma estratégia que pode influenciar a qualidade das experiências educativas e a eficiência dos sistemas, evitando o investimento público de maneira intuitiva, desarticulada ou insuficiente para atender às necessidades educacionais (DALBEN, s/d, p. 1).

A avaliação sistêmica não pode estar descontextualizada, precisa contemplar as realidades educacionais, as práticas existentes nas unidades escolares bem como os direcionamentos dos sistemas de ensino. Ao mesmo tempo em que seus resultados refletem a prática pedagógica em cada unidade avaliada, serve também para se promover a reflexão dos profissionais envolvidos com a formação dos discentes,

levando-os a repensar a escola, percebendo se a mesma cumpre o seu papel, se está organizada de forma a contribuir com o desenvolvimento dos alunos, se a metodologia utilizada atende e compreende a diversidade presente em cada turma de escolarização (MURTA, 2010).

Pensar sobre as questões apontadas a partir dessas avaliações pode ampliar a visão do professor e dos gestores educacionais a respeito da diversidade e das peculiaridades de cada aluno. Ampliar a visão somente acontece quando a equipe de profissionais de uma escola entende que a construção do saber e do ensinar se dá através do ato de trocar experiências, bagagens e conhecimentos entre professores, entre esses e os especialistas, demais profissionais da escola, entre professores e alunos e, sobretudo, entre alunos e alunos, já que a docência é uma profissão de interação humana (TARDIF, 2008).

A construção do saber, portanto, é coletiva e não deve acontecer na escola somente como fim em si mesmo, devendo resgatar “o seu lugar de meio, de processo de acompanhamento de outro processo que é o da educação, da formação do cidadão” (MURTA, 2010, p. 1). Nessa mesma perspectiva Luckesi aponta que “a avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido” (LUCKESI, s/d, p. 71).

Sendo assim, vê-se na LDB essa vocação primeira das avaliações sistêmicas no que diz respeito a seus objetivos que é a de definir “prioridades” para a “melhoria da qualidade de ensino.” A referida lei, no seu Artigo 9º, caput VI afirma:

“A União incumbir-se-á de: assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 2010, p.13).

Dessa forma, as avaliações sistêmicas que ocorreram em Minas Gerais estavam em consonância com o referido artigo da LDB e vêm

contribuindo para o estabelecimento de prioridades para a melhoria da qualidade do ensino, direcionando as políticas públicas e refletindo diretamente na práxis do professor em sala de aula. Segundo Luckesi:

[...]a aferição da aprendizagem manifesta-se como um processo de compreensão dos avanços, limites e dificuldades que os educandos estão encontrando para atingir os objetivos do curso, disciplina ou atividade da qual estão participando. A avaliação é, neste contexto, um excelente mecanismo subsidiário da condução da ação.

Um bom exemplo da avaliação sendo utilizada como meio e conduzindo a ação, oferecendo subsídios para os profissionais da educação no rever de práticas que possam levar os alunos em busca da emancipação, encontra-se em documento oficial da SEE/MG. Trata-se de um caderno com alguns padrões profissionais que orientam professores dos anos iniciais do ensino fundamental quanto à atuação em sala de aula. Destaca-se, entre as orientações, as competências que devem ser contempladas, sendo que uma em especial se relaciona diretamente com a avaliação, subdividida em seis importantes habilidades que o professor deve possuir.

A Figura 7 representa uma adaptação dessas competências e habilidades que devem estar presentes no professor, sendo o planejamento e o desenvolvimento de ações considerados essenciais para se garantir a aprendizagem escolar e precisam estar amalgamados com a idéia de uma educação em ciclos, ininterrupta, na qual todos os alunos podem aprender. Assim, ao professor cabe estruturar suas avaliações garantindo o real aprendizado do aluno, fazendo com que a avaliação possa ser diagnóstica, formativa e avaliativa.

Dessa forma, a elaboração de instrumentos diagnósticos deve se pautar nessa diversidade de caminhos e possibilidades, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo sistema, pela escola e principalmente pelo professor, com base na realidade dos alunos, suas competências e

habilidades já consolidadas e aquelas em processo de desenvolvimento. A avaliação nessa perspectiva atende aos padrões estabelecidos em uma das habilidades, aquela referente à validade, a confiabilidade e a fidedignidade. (MINAS GERAIS, s/d).



Figura 7- Competências e habilidades do Professor, (MINAS GERAIS, sd)  
adaptado pelo autor.

As avaliações sistêmicas podem, assim, auxiliar as redes de ensino a estabelecer normas e diretrizes para que mudanças possam ocorrer em sala de aula, subsidiando o professor a:

[...] compreender melhor, através das ações da criança, o seu processo de desenvolvimento e, a partir delas, poder levantar dados relevantes para as mediações necessárias ao seu progresso. Isso [...] se traduz no desenvolvimento de práticas de observação e investigação dos processos do aluno, com a intenção de compreender como ele pensa, como ele aprende, que tipos de dificuldades apresenta etc. Os dados levantados darão suporte às ações pedagógicas, no sentido de favorecer o avanço do aluno no seu processo de formação (Minas Gerais, S/D, p. 39).

Segundo Ricci (S/D), para a aprendizagem ocorrer de fato, o conteúdo repassado deve ser significativo, contemplando a realidade e vivência dos alunos, com “enfoque globalizador”, que acompanhe as evoluções da sociedade e em sintonia com as mudanças do mundo, favorecendo que o educando se sinta autor de seu processo de aquisição do conhecimento. Nessa perspectiva, a avaliação escolar deve ser revista para promover o sujeito. Sua função deve ser formativa, trabalhando para o desenvolvimento integral do ser humano, estando a serviço da aprendizagem.

Na perspectiva formativa, a avaliação não pode ser considerada como um fim em si mesmo, mas como subsidiadora da atividade pedagógica, como fornecedora de dados para tomada de decisões e reflexão filosófica, política e técnica sobre essa atividade. A avaliação passa a integrar o processo didático de ensino/aprendizagem de forma constitutiva, subsidiando-o em sua construção bem-sucedida, isto é, a avaliação coloca-se a serviço da aprendizagem e não como um elemento aferidor externo (MINAS GERAIS, S/D, p. 3).

Considerando que o objetivo essencial da avaliação é dar subsídios aos educadores para adequar as etapas do processo ensino-aprendizagem, cabe aos educadores a compreensão dos processos de cada aluno, suas possibilidades e particularidades, não se tratando de aprová-lo ou não,

mas sim conhecê-lo a fim de oferecer subsídios para seu desenvolvimento.

O ponto principal da avaliação está no compromisso com o desenvolvimento integral do sujeito, sendo justa e servindo para detectar a aprendizagem e ao mesmo tempo rever caminhos. Uma boa avaliação não foca somente o que o aluno aprendeu ou não, ela identifica suas potencialidades, permitindo uma constante retomada de caminhos, possibilitando a revisão do fazer e saber pedagógico.

Na avaliação é possível identificar se o que está sendo proposto para a série ou ciclo, para turma e/ou aluno em particular, é adequado. É um instrumento que deve favorecer o ato de rever conceitos e práticas educacionais.

A avaliação escolar tem múltiplos condicionantes e conseqüências. É um processo que ocupa centralidade no fazer pedagógico, e pode ensejar, não isoladamente, é claro, mudanças profundas em toda ação educacional. Mudar as concepções e práticas já sedimentadas na escola e na sala de aula, implica abandonar, muitas vezes, o conforto e a estabilidade que velhas fórmulas trazem. Todavia, mudar é essencial. Não uma mudança que implique adesão irrefletida a modismos educacionais, mas uma transformação que produza uma nova práxis pedagógica (MINAS GERAIS, S/D, p. 5).

Uma avaliação somente tem sentido para rever caminhos, apontar horizontes e promover o crescimento do sujeito avaliado (MINAS GERAIS, 2010).

A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEEMG) tem orientado os gestores e professores das escolas de sua rede a criarem um plano de intervenção pedagógica visando o crescimento dos alunos, não colocando a possibilidade de aprendizagem somente para alguns. A real implementação desse plano exige a ressignificação do papel dos atores educacionais: professores, direção, especialistas de educação, auxiliares da educação básica, comunidade escolar e equipes de

monitoramento e assessoria da SEEMG e SREs. Assim, todos estarão trabalhando na mesma perspectiva, se envolvendo no processo e promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem.

A nova postura de acompanhamento, o constante rever de prática e o compromisso assumido pelos educadores mineiros, ajudaram a conquistar os resultados do IDEB em 2009 e os consequentes resultados positivos e ascendente do PROEB em 2009 e 2010. Porém, ainda existem lacunas e espaços importantes para crescimento, de forma a tornar a escola mineira um celeiro de boas práticas educacionais e promotora de aprendizagem que favoreça verdadeiramente a emancipação de seus alunos. Assim, com a utilização da avaliação diagnóstica e formativa, nos espaços e tempos escolares ressignificados e com a implantação e implementação de um currículo flexível e aberto, capaz de acompanhar as mudanças da sociedade, as escolas da região de Varginha estão na direção de alçar novos vôos e conquistar novos horizontes.

### **Considerações Finais**

Os resultados obtidos pela Regional de Ensino de Varginha foram positivos e mostraram o compromisso dos profissionais da rede pública com a educação. A Região superou os índices Nacional e Estadual, ficando evidente a busca pela superação das metas do IDEB, tanto pelas escolas estaduais quanto pelas municipais. O processo positivo de crescimento se evidenciou também no que tange aos resultados do PROEB.

Embora com índices positivos, é necessário estar alerta e rever constantemente a práxis educacional, buscando a ressignificação das atividades pedagógicas e do olhar que se tem sobre os alunos. Rever conceitos, eliminar barreiras e, sobretudo, encontrar na avaliação escolar um caminho para o sucesso pode e deve ser a alavanca para que novos

sucessos nos resultados das avaliações sistêmicas e, sobretudo na aprendizagem dos alunos de fato aconteçam.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado: 1988.

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Acesso em: 16/03/2011. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1).

BRASIL. **Nota Técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/download/Ideb/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://www.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf), acesso em 23 de agosto de 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.274/2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm), acesso em 18/04/11.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureira de Freitas. **Avaliação Sistêmica**. Disponível em: MINAS GERAIS. Centro de Referência Virtual do Professor. Biblioteca Virtual, temas educacionais, [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/index.asp?id\\_projeto=27&ID\\_OBJETO=35626&tipo=ob&cp=000000&cb=&n1=&n2=Biblioteca%20Virtual&n3=Dicion%20da%20Educa%20E7%E3o&n4=&b=s](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=35626&tipo=ob&cp=000000&cb=&n1=&n2=Biblioteca%20Virtual&n3=Dicion%20da%20Educa%20E7%E3o&n4=&b=s), acesso em 04/04/11.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação: O que pratica a escola?** Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_08\\_p071-080\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf), acesso em 05/04/11.

MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional – PDPI: uma metodologia para a elaboração coletiva do plano global da escola**. 2ªed. Belo Horizonte: SEE/MG. 2007.

MINAS GERAIS. **Dois olhares sobre a avaliação pedagógica**. Documento proposto pela Diretoria de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para fundamentar a implantação do PDI – Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno, S/D disponível em:

[www.apaeminas.org.br/arquivo.phtml?a=10474](http://www.apaeminas.org.br/arquivo.phtml?a=10474), acesso em 06 de setembro de 2010.

MINAS GERAIS. **Organização Escolar em Ciclos.** Tempos e Espaços Escolares. Sistema de Ação Pedagógica – Dicionário do Professor. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. S/D

MINAS GERAIS. **Padrões Profissionais para o Professor dos Ciclos de Alfabetização e Complementar /Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Sistema Educacional do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: Centro de Referência Virtual do Professor. [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7B3E695320-E221-4C8F-8B21-E9BCA13408A2%7D\\_padroes-de-competencia\\_professor\\_02.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B3E695320-E221-4C8F-8B21-E9BCA13408A2%7D_padroes-de-competencia_professor_02.pdf), acesso em 04/04/11.

MINAS GERAIS. **Resultados IDEB/2009: Escolas Estaduais – Anos iniciais do Ensino Fundamental.** Julho de 2010, disponível: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/resultados-ideb-2009.pdf>, Acesso em 23 de agosto de 2010.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 43.506/2006 - Institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.** Disponível em: [https://www.educacao.mg.gov.br/institucional/legislacao/decretos/doc\\_details/9-decreto-43506-de-06-de-agosto-de-2003](https://www.educacao.mg.gov.br/institucional/legislacao/decretos/doc_details/9-decreto-43506-de-06-de-agosto-de-2003), acesso em 18 de abril de 2011.

MINAS GERAIS. **Resultados IDEB 2009 Minas Gerais,** Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/ilep/idebs-observados-final.pdf>, acesso em 23 de agosto de 2010.

MINAS GERAIS. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE.** Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/421-simave/>, acesso em 05/04/11.

MURTA, Marinez. **Concepções de educação e prática avaliativa.** Centro de Referência Virtual do Professor – CRV. 2010. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7BE9BB321A-DC83-4FFC-9787-C9A480AC2E88%7D\\_Concep%C3%A7%C3%B5es%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20pr%C3%A1tica%20avaliativa%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20formativa%20crv.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BE9BB321A-DC83-4FFC-9787-C9A480AC2E88%7D_Concep%C3%A7%C3%B5es%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20pr%C3%A1tica%20avaliativa%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20formativa%20crv.pdf), acesso em 05/04/11.

RICCI, R. **Conceito Estruturante.** In. Currículo. Sistema de Ação Pedagógica – Dicionário do Professor. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. S/D Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/index.asp?id\\_projeto=27&ID\\_OBJETO=35568&tipo=ob&cp=003366&cb=&n1=&n2=Biblioteca](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=35568&tipo=ob&cp=003366&cb=&n1=&n2=Biblioteca)

Virtual&n3=Dicionário da Educação&n4=&b=s acesso em 08 de setembro de 2010.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 4<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

---

<sup>i</sup> A nomenclatura utilizada de 4<sup>o</sup> ou 5<sup>o</sup> diz respeito ao último ano dos anos iniciais do ensino fundamental - EF. O Ensino Fundamental mudou de 8 para nove anos conforme lei nº 11.274 de 11/02/2006, que altera os artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB 9394 de 20/12/1996, assim embora pela mudança operada pela referida Lei, ainda é possível encontrar nomenclaturas que ora apontam o 4<sup>o</sup> ora o 5<sup>o</sup> ano como o ano final do E. F. Assim, nesse documento optou-se por citar como 5<sup>o</sup> ano, para análise do PROEB e também do IDEB. É importante salientar que o Estado de Minas Gerais foi o primeiro a implantar o E.F. de nove anos conforme Decreto 43.506 de 06/08/2003.

<sup>ii</sup> Sites: [www.educacao.mg.gov.br](http://www.educacao.mg.gov.br),

<https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/ilep/idebs-observados-final.pdf>,

<https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/resultados-ideb-2009.pdf> e

<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>